

EDITORIAL

Vivemos num mundo confuso. A profusão de informações (falsas e verdadeiras) é um inconveniente para uma percepção correta e adequada da realidade. Ao contrário do que é geralmente propagandeado, mais informação não significa melhor conhecimento do real. Isto se dá por duas razões. Primeiramente, o volume das informações (vídeos, textos, imagens) torna impossível um conhecimento aprofundado, o que geralmente conduz à superficialidade. Basta uma rápida olhada no que se faz de jornalismo hoje em dia para se ter uma ideia disto.

Mas, além do assim chamado “jornalismo tradicional” levado a cabo pelo capital comunicacional, soma-se ainda uma enorme quantidade de novos agentes produtores de informações (em blogs, sites, redes sociais etc.); b) além do volume e superficialidade, outro aspecto deve ser levado em conta. Para se fazer um bom uso de informações, conseguir discriminar o supérfluo do essencial, o falso do verdadeiro, saber se apropriar das consistentes e produzir um saber a partir daí, é necessário um processo de formação intelectual mais sofisticado, que demanda estudo, tempo, disciplina etc. E isto só acontece muito precariamente. Deste modo, o que se percebe é muita informação associada a pouca formação.

Isto nos leva a constatar que a realidade é também confusamente percebida. O que é grave para as classes inferiores em geral e para o proletariado, como sujeito potencialmente revolucionário. Grave porque a consciência é elemento ativo na luta destas classes contra sua situação de submissão e exploração. O conjunto de ideologias (como saber complexo, sistematizado, embora falso) justifica a realidade tal como ela é; o volume de informações superficiais tendem a levar a atenção para pontos e processos sociais secundários; a falta de formação mais consistente, sobretudo das classes inferiores (a quem uma formação mais consistente mais interessa) criam dificuldades adicionais para se pensar o processo de transformação revolucionária da sociedade.

Referimo-nos a dificuldades adicionais porque a própria inserção destas classes inferiores no conjunto da divisão social do trabalho é a determinação fundamental. Por “classes inferiores” estamos nos referindo às classes sociais submetidas a processos de exploração (proletariado) e submissão (trabalhadores domésticos, subalternos,

trabalhadores do comércio e serviços em geral etc.), bem como àquela classe que está fora da divisão social do trabalho, o lumpemproletariado (desempregados, moradores em situação de rua etc.).

É diante deste quadro, pensando numa estratégia de classe que ressalte os interesses do proletariado como classe autodeterminada, que o Movimento Autogestionário edita a *Revista Enfrentamento*. Este periódico cumpre, pois, o papel da defesa da auto-organização como método de luta e da autogestão como fim. O objetivo da luta proletária é o norte, é o sentido essencial de nossa intervenção na realidade. Assim, os textos que compõem este número, bem como os anteriores, têm sempre em vista este ponto fundamental. Para tanto, é necessário o rompimento e crítica das ideologias burguesas e burocráticas, a crítica às instituições que pretensamente se colocam do lado do proletariado (sobretudo partidos e sindicatos). Ou seja, acreditamos que não deve haver nenhuma concessão a qualquer ideia ou instituição da sociedade burguesa.

Do ponto de vista político, ou seja, que expressa a luta de classes, é característico da sociedade burguesa a existência de três blocos sociais. Definimos blocos sociais como sendo aqueles setores mais organizados e conscientes das classes sociais. O bloco dominante é a fração mais organizada e consciente da classe dominante (estado e seus aparatos, intelectuais e ideologias conservadoras etc.). O bloco progressista, por sua vez, é a fração mais organizada e consciente da classe burocrática (os chamados partidos políticos de esquerda, organizações sindicais, intelectuais progressistas, ideologias social-democrata, bolchevique, guevarista etc.). O bloco revolucionário, por outro lado, é a fração mais organizada e consciente da classe proletária (organizações autônomas e independentes dos trabalhadores, grupos políticos e indivíduos revolucionários, concepções anarquistas, autonomistas, marxistas etc.).

Em momentos de estabilidade, a tendência é a luta de classes desenvolver-se mais explicitamente no interior dos blocos sociais. Quando há uma radicalização e aprofundamento destas lutas, o conjunto das classes sociais tendem a entrar na luta,

expandindo a organização e consciência de classe para além dos limites dos blocos sociais¹.

Esta discussão interessa-nos aqui para compreender o significado do Dossiê temático publicado neste número da Revista, intitulado “*Nem fascismo, nem antifascismo: a perspectiva proletária*”. Estes textos têm a intenção de lançar luzes ao conjunto de informações e análises que estão sendo feitas acerca do suposto “fascismo” presente no governo de Jair Bolsonaro. Todo o bloco progressista e até mesmo setores opositoristas ao governo do bloco dominante estão a gritar por todos os meios que o governo Bolsonaro é fascista. Estão a tentar criar, sobretudo o bloco progressista, um suposto movimento antifascista. Os textos aqui presentes têm em vista criticar tanto o dito fascismo de Bolsonaro, quanto a espelunca antifascista em vias de formação no Brasil.

Contudo, não se trata de crítica pela crítica, mas sim de crítica revolucionária, ou seja, que visa fazer prevalecer os interesses de classe do proletariado e demais classes inferiores. A tese que perpassa todos os textos presentes no dossiê é: o fascismo atribuído a Bolsonaro é discurso falacioso e o antifascismo que se opõe a este suposto fascismo é engodo. Engodo para a classe operária e seus interesses de classe. Mas, para o bloco progressista, o tal antifascismo é bem conveniente, pois: a) elimina a presença da classe operária e demais classes inferiores com suas organizações, consciência e interesses; b) faz prevalecer somente o ponto de vista democrático, ou seja, de defesa do assim chamado estado democrático de direito com suas instituições (estado, partidos etc.) e processos políticos, sobretudo o eleitoral, que é o que mais convém ao bloco progressista.

No dossiê temático, há os seguintes textos: *A quem serve o antifascismo?*, de Jaciara Veiga e Matheus Alves; *O que é fascismo?*, de Nildo Viana; *Antifascismo e luta pela autogestão: uma contradição*, de Alexandra Peixoto Viana; *O espantalho fascista dos antifascistas e a luta contra as ilusões democráticas*, de Guilherme Bachmann; *A miséria do antifascismo no Brasil*, de Lucas Maia; e a tradução do texto *Fascismo? Democracia?*

¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre os blocos sociais, confira o texto de Nildo Viana, *Blocos Sociais e Luta de Classes*, publicado pela primeira vez no Número 17 da Revista *Enfrentamento* (2015).

Comunismo, de Otorrino Perrone, publicado em 1934, portanto, no auge do fascismo italiano.

Completa este número da Revista *Enfrentamento*, a retomada da crítica ao sindicalismo revolucionário com o texto: *Origem e significado do sindicalismo revolucionário*, de Nildo Viana. Dizemos retomada, pois no número 14 (2014) há um artigo que realiza a análise crítica desta corrente. Também contamos com o texto de Matheus Alves, intitulado: *Stalin e a deformação do materialismo histórico-dialético*. Por fim, esta edição conta também com o artigo *Sobre a concepção de revolução em Otto Rühle e o papel contrarrevolucionário do partido político*, de Erisvaldo Souza.

Boa leitura!!

À Luta!!!